

Documento divulgado pela Faculdade de Direito da USP, com 1 milhão de assinaturas e apoio de juristas, empresários e Lula, causa reação imediata do presidente Jair Bolsonaro e de aliados

# Manifestos pela democracia acirram campanha eleitoral

Às vésperas do início oficial da campanha eleitoral, marcado para 16 de agosto, manifestos em defesa da democracia e das urnas eletrônicas país afora e a reação do presidente Jair Bolsonaro (PL), principal alvo das críticas, e de seus aliados esquentaram a disputa pelo Palácio do Planalto. O ato principal partiu da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e foi realizado no Largo de São Francisco, no Centro da capital paulista, reunindo personalidades e entidades de diversas preferências ideológicas, entre juristas, empresários, artistas e representantes de movimentos sociais e sindicais. Foi lida a "Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado democrático de direito", organizada por ex-alunos da escola e que já conta com quase 1 milhão de assinaturas, que ecoou por todo o país, onde foram realizados atos contra ameaças de autoritarismo. A carta também foi assinada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "Defender a democracia é defender o direito a uma alimentação de qualidade, a um bom

emprego, salário justo, acesso à saúde e educação. Aquilo que o povo brasileiro deveria ter. Nosso país era soberano e respeitado. Precisamos, juntos, recuperá-lo", disse o poeta. Bolsonaro reagiu em sua live semanal e pelas redes sociais. "Acredito que a carta pela democracia que foi lida na micareta do PT teve algumas de suas páginas rasgadas, principalmente nas partes em que deveriam repudiar o povo, inclusive financeiro, a ditaduras como Cuba, Nicarágua e Venezuela, bem como o controle da mídia/internet", afirmou ele. A data de 11 agosto foi escolhida para rememorar o mesmo dia em 1977, quando foram completados 150 anos da criação dos cursos de direito no Brasil e também foi lido manifesto para denunciar a ditadura militar que imperava no país, subtraindo direitos e matando opositores. Embora não tenha sido citado em nenhum momento, o presidente Jair Bolsonaro foi o alvo dos atos democráticos, por causa de suas instigações contra o Poder Judiciário e o sistema eleitoral.

Outro documento lido na USP ontem, foi o manifesto "Em defesa da democracia e da Justiça", que reúne assinaturas de 107 entidades, entre associações empresariais, universidades, ONGs e centrais sindicais, incluindo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Federação de Indústrias de São Paulo (Fiesp). O manifesto foi lido pelo ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, presidente da Comissão Arns. "Hoje é um outro momento, um momento grandioso, eu diria talvez inédito, em que capital e trabalho se juntam em defesa da democracia. Eu acho que nós estamos celebrando aqui com alegria, com entusiasmo, com esperança, com certeza. Nós estamos celebrando o hino da democracia", disse o ex-ministro. No Largo de São Francisco, uma multidão acompanhou a leitura da carta da USP. Os discursos recordaram os mortos na ditadura e foram marcados pela defesa do Estado democrático de direito e do respeito ao sistema eleitoral brasileiro. "Nos, da USP, perdemos vidas preciosas durante um pe-

ríodo de exceção; as cicatrizes ainda são visíveis, vidas que foram ceifadas pela repressão ou livre-pensamento. Nesse período, perdemos 47 pessoas que eram parte de nossa comunidade, nós não esqueçemos e não esqueceremos. Aqueles que rejeitam e agridem a democracia não protegem o saber, a ciência, o pensamento, e não amam a universidade", discursou o reitor da USP, Carlos Gilberto Carlotti Júnior. "Queremos eleições livres e tranquilas, queremos um processo eleitoral sem fake news ou intimidações. A universidade brasileira é o oposto do autoritarismo", completou. Discursaram também, entre outras personalidades, Horácio Lafer Piva, presidente do conselho deliberativo da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá); Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central; Tênia Aparecida, representando a CUT (Central Única dos Trabalhadores); Miguel Torres, presidente da Força Sindical, Sindicato dos Metalúrgicos de SP e Magi das Cruzes e CNTM; e Bruna Brezaz, presidente da União Estadual dos Estudantes (UNE).

## "CARTA ÀS BRASILEIRAS E AOS BRASILEIROS EM DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO"

Em agosto de 1977, em meio às comemorações do sesquicentário de fundação dos cursos jurídicos no país, o professor Goffredo da Silva Telles Júnior, mestre de todos nós, no território livre do Largo de São Francisco, leu a "Carta aos Brasileiros", na qual denunciava a legitimidade do então governo militar e o estado de exceção em que vivíamos. Conclamava também o restabelecimento do Estado de direito e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. A semente plantada rendeu frutos. O Brasil superou a ditadura militar. A Assembleia Nacional Constituinte resgatou a legitimidade de nossas instituições, restabelecendo o Estado democrático de direito com a prevalência do respeito aos direitos fundamentais.

Temos os Poderes da República, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, todos independentes, autônomos e como compromisso de respeitar e zelar pela observância do pacto maior, a Constituição Federal. Sob o manto da Constituição Federal de 1988 prestes a completar seu 34º aniversário, passamos por eleições livres e periódicas, nas quais o debate político sobre os projetos para o país sempre foi democrático, cabendo a decisão final à soberania popular. A lição de Goffredo está estampada em nossa Constituição: "Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição". Nossas eleições com o processo eletrônico de apuração têm servido de exemplo no mundo. Tivemos várias alternâncias de poder com respeito aos resultados das urnas e transição republicana de governo. As urnas eletrônicas revelaram-se seguras e confiáveis, assim como o Justiça Eleitoral. Nossa democracia cresceu e amadureceu, mas muito ainda há de ser feito. Vivemos em país de profundas desigualdades sociais, com carências em serviços públicos essenciais, como saúde, educação, habitação e segurança pública. Temos muito a caminhar no desenvolvimento das nossas potencialidades econômicas de forma sustentável. O Estado apresenta-se ineficiente diante de seus inúmeros desafios. Pelos por maior respeito e igualdade de condições em matéria de raça, gênero e orientação sexual ainda estão longe de ser atendidos com a devida plenitude.

Nos próximos dias, em meio a estes desafios, teremos o início da campanha eleitoral para a renovação dos mandatos dos legislativos e executivos estaduais e federais. Neste momento, deveríamos ter o ápice da democracia com a disputa entre os vários projetos políticos visando convencer o eleitorado da melhor proposta para os rumos do país nos próximos anos.

Às vésperas de uma festa cívica, estamos passando por momento de imenso perigo para a normalidade democrática, risco às instituições da República e instituições de desacato ao resultado das eleições. Ataques infundados e desacompanhados de provas questionam a lisura do processo eleitoral e o Estado democrático de direito tão duramente conquistado pela sociedade brasileira. São intoleráveis as ameaças aos demais Poderes e setores da sociedade civil e a incitação à violência à ruptura da ordem constitucional. Assistimos recentemente aos desvarios autoritários que puseram em risco a secular democracia norte-americana. Lá, as tentativas de desestabilizar a democracia e a confiança do povo na lisura das eleições não tiveram êxito, aqui também não terão. Nossa consciência cívica é muito maior do que imaginam os adversários da democracia. Sabemos deixar ao lado divergências menores em prol de algo muito maior, a defesa da ordem democrática. Imbuídos do espírito cívico que lastreou a "Carta aos Brasileiros" de 1977 e reunidos no mesmo território livre do Largo de São Francisco, independentemente da preferência eleitoral ou partidária de cada um, clamamos as brasileiras e brasileiros a ficarem alertas na defesa da democracia e do respeito ao resultado das eleições.

No Brasil atual, não há mais espaço para retrocessos autoritários. Ditadura e tortura pertencem ao passado. A solução dos imensos desafios da sociedade brasileira passa necessariamente pelo respeito ao resultado das eleições. Em vigília cívica contra as tentativas de rupturas, bradamos de forma uníssona: Estado democrático de direito sempre!



O principal ato foi realizado no Largo de São Francisco pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no Centro da capital paulista



Documento em defesa da democracia também foi lido na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, na manhã de ontem

## "Minas é a terra da liberdade"

**MARIANA LAGE\* e MATHEUS MURARIOLI**  
Belo Horizonte também foi palco de manifestações de estudantes e entidades da sociedade civil em defesa da democracia e eleições livres, na manhã e na noite de ontem, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Praça Afonso Arinos. Pela manhã, foram lidos três manifestos: "Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado democrático de direito", da Universidade de São Paulo (USP); "Nota pública da Faculdade de Direito da UFMG"; e "Manifesto à Nação em de-

fesa da democracia, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)". "Esse é um momento especial para as instituições. Aho que o momento de nós mostramos que as nossas instituições são fortes e defendem sempre a democracia, defendem todo Estado democrático de direito, e Minas tem uma tradição, Minas é a UFMG: é a terra da liberdade, a terra da democracia. Então, liberdade e democracia têm espaço especial para nosso estado e também para nossa UFMG", afirmou Sandra Regina Goulart, reitora da UFMG. O segundo ato começou no fim da tarde e foi convocado pelo Diretório

Central dos Estudantes (DCE) da UFMG, União Nacional dos Estudantes (UNE), Sindicato dos Professores da UFMG, movimentos sociais e partidos de oposição, se transformando em protesto contra o presidente Jair Bolsonaro. Os manifestantes seguiram da Praça Afonso Arinos pela Avenida Sete, ocupando de todas as pistas. A professora da Faculdade de Direito e presidente da APUBH Maria Rosária Barbado afirmou que o propósito do ato era firmar o compromisso da população com a democracia. "Essa é a resposta contundente

da população brasileira às ameaças e aos ataques à estabilidade democrática deste país, à desconfiança que o governo está querendo criar nas urnas eletrônicas. O povo não vai ficar calado. Nós, de todos os movimentos, estamos atentos e não deixaremos passar", disse. \* Estagiário sob supervisão do subeditor Paulo Nogueira

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

**Seção:** Política **Página:** 3